

# 2º Encontro da SBPC em MS/ XI ENEPEX / XIX ENEPE/ 22ª SNCT - UEMS / UFGD 2025

**TÍTULO: USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE PARA OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS.**

**Instituição:** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Área temática:** Pesquisa - Ciências Sociais Aplicadas

**PILGER, Pedro Henrique Andrade**<sup>1</sup> (06466878163@academicos.uems.br); **GOMES, Geovane Ferreira**<sup>2</sup> (geovanegomes@uems.br).

<sup>1</sup> – Graduando do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo Programa Institucional de Iniciação Científica PIC/UEMS - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

<sup>2</sup> – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Adjunto na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor do ProfSocio - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UEMS). Professor do Profeduc - Mestrado Profissional em Educação (UEMS); Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais - NEPECS (UEMS).

Esta iniciação científica decorre de pesquisa que visou investigar o uso da Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário, especificamente no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), com intuito de verificar se a implementação dessa tecnologia surtiu em otimização da prestação jurisdicional. Objetivava-se, assim, compreender o conceito da IA, levantar o histórico de ferramentas implementadas pelo TJMS, compreender o funcionamento das ferramentas, identificar as aplicações processuais, avaliar se houve benefício aos recursos humanos e economia financeira, descobrir se houve maior celeridade na solução dos processos com uso da IA, avaliar o nível de acurácia das ferramentas de IA, e se ocorreu melhoria da prestação jurisdicional no Tribunal Estadual. Para tanto, utilizou-se de uma metodologia de ampla revisão bibliográfica, a partir da análise documental, através da leitura da literatura especializada, assim como na perquirição dos domínios eletrônicos de repositórios acadêmicos, tais como SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, mas não se limitando a estes, bem como na navegação pelos sítios eletrônicos do TJMS e do Conselho Nacional de Justiça. Desta forma, foi realizada revisão seletiva e criteriosa dos escritos existentes, complementada por informações disponibilizadas pelo próprio Poder Judiciário, relacionando-os ao tema em foco. Adotou-se abordagem de natureza exploratória, com o enfoque de compilar, analisar e sintetizar os dados e as informações obtidas a partir das fontes bibliográficas consultadas. Do trabalho realizado, advieram resultados frutíferos, eis que foi possível angariar robusta fonte de conteúdo acerca do tema de pesquisa. Nesse sentido, viu-se que o TJMS implementou importantes ferramentas baseadas em modelos de IA, notadamente para auxiliar na administração da justiça e, ainda, servir de apoio à decisão do magistrado. Em assim sendo, verificou-se que a IA categoriza-se como tecnologia de propósito geral, que pode ser aplicada e modelada para diferentes fins. Dentre as ferramentas catalogadas, observou-se um quantitativo significativo – passa de uma dezena –, contando o TJMS com modelos já implementados, a exemplificar, a LEIA Precedentes, e outros em desenvolvimento, tais como Chronus e ApoIA. A partir das leituras, depreendeu-se que a tecnologia estudada opera com análise e manejo de dados, que desencadeiam em aplicações preditivas e/ou generativas, as quais auxiliam em grande parte das fases processuais. No que toca ao benefício da atividade humana e economia financeira, não se conseguiu levantar informações condizentes para tanto. Já na questão relacionada à celeridade, constatou-se que, pontualmente, a ferramenta LEIA Precedentes surtiu otimização quando da sua implementação, haja vista os resultados divulgados pelo TJMS. Do mais, não foi possível constatar a acurácia dos modelos, em razão da escassa divulgação de tais informações. E, de modo geral, é possível afirmar que ocorreu melhoria na prestação jurisdicional, a partir dos resultados obtidos. Concluiu-se, portanto, que a implementação de ferramentas de IA no Poder Judiciário estadual sul-mato-grosense é uma realidade que tem alterado a dinâmica da rotina jurisdicional, a qual caminha a passos largos para uma significativa adesão de soluções computacionais que, notoriamente, mostram-se capazes de otimizar em grande parte as atividades judicantes, reservando a decisão final ao magistrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologia, Judiciário, Eficiência.

**AGRADECIMENTOS:** O presente trabalho foi realizado com apoio da CNPq/UEMS, MS, Brasil, Programa de Iniciação Científica.